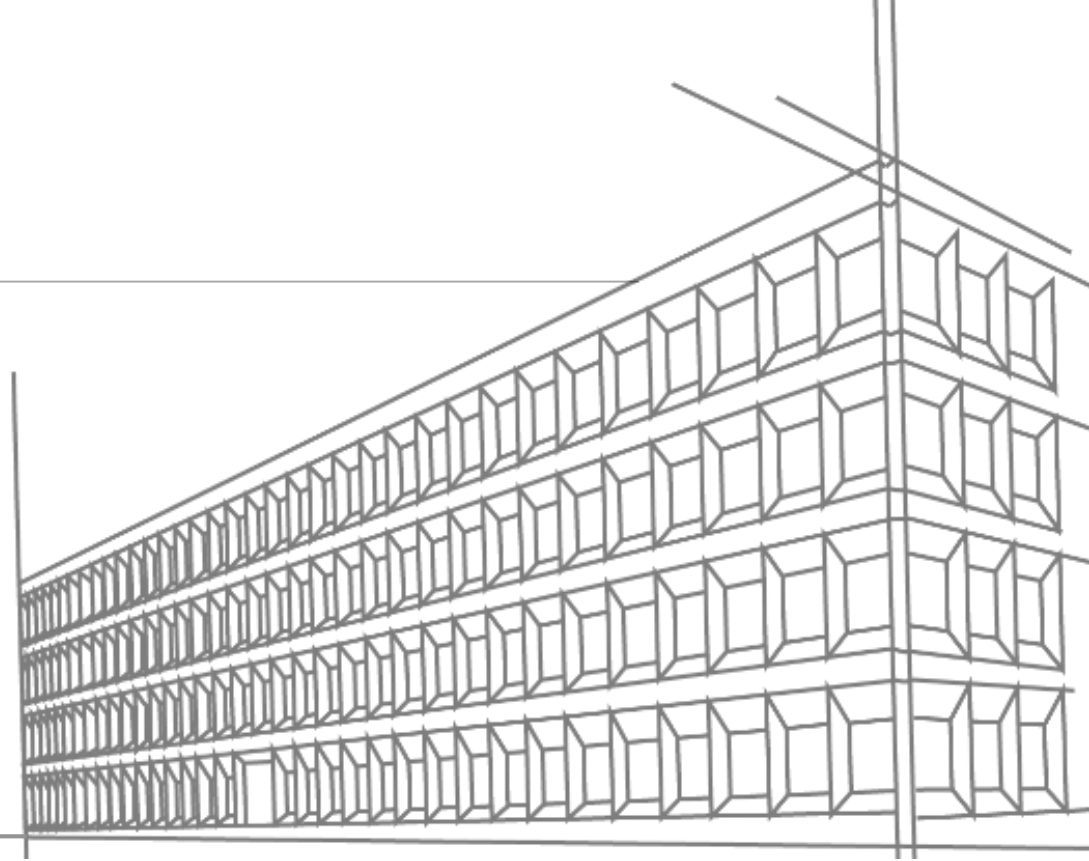
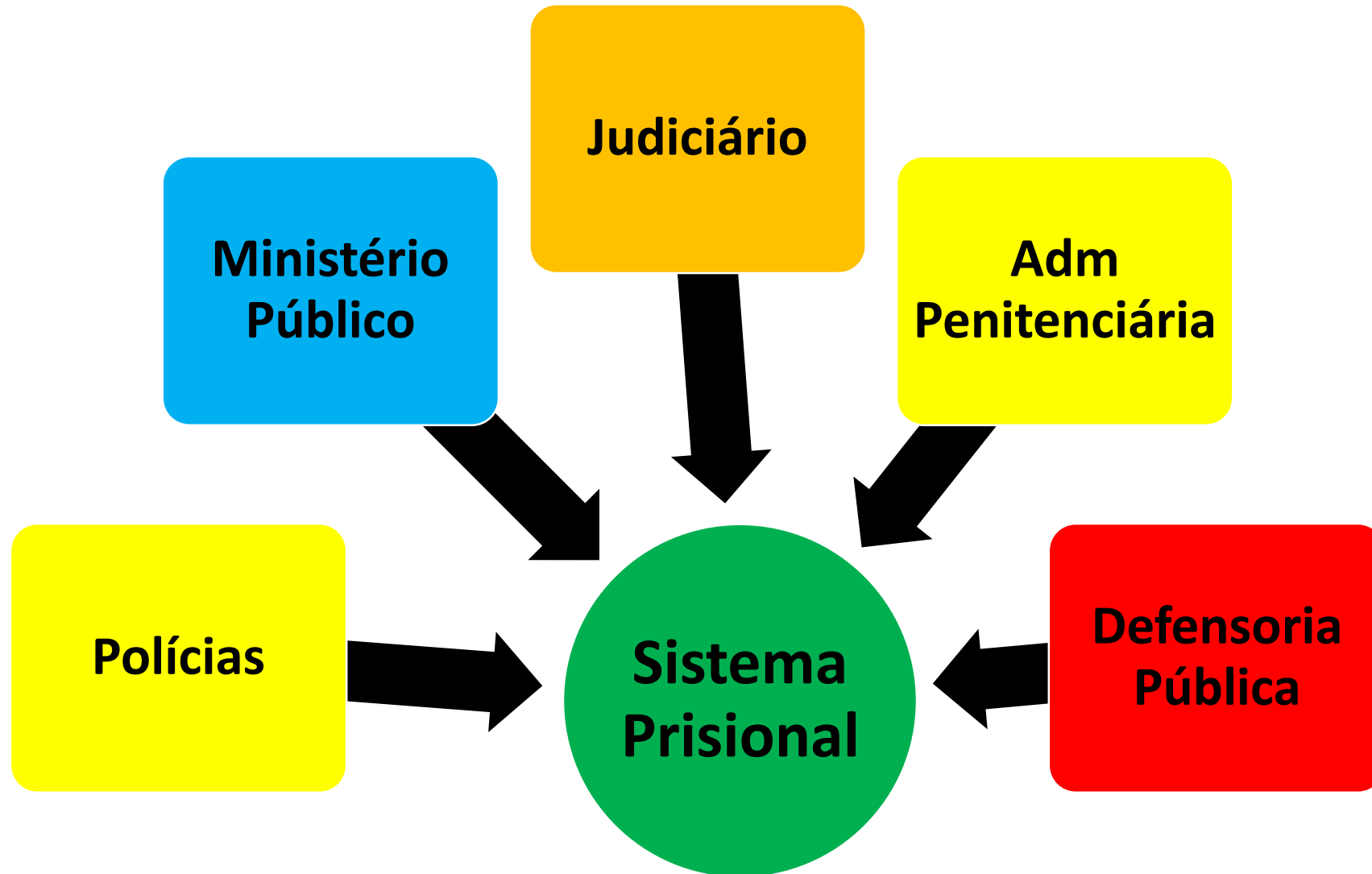
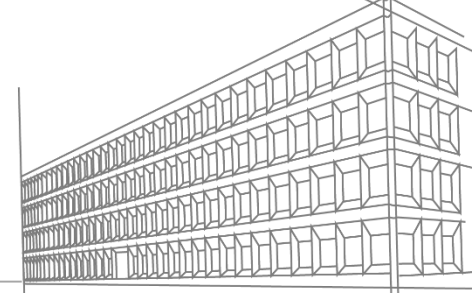


# SecexDefesa Sistema Prisional



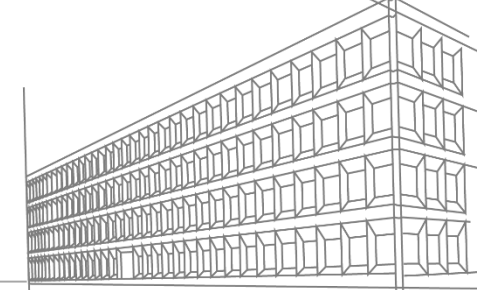
Auditoria Coordenada – Fase I  
Junho/2018

# Sistema de Justiça Criminal (SJC)



# Alguns números

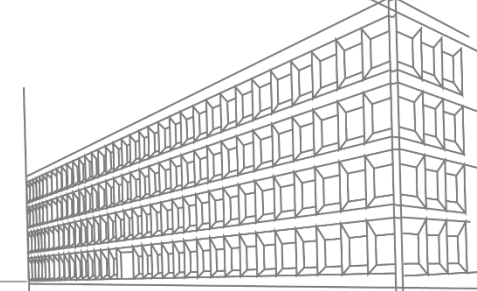
---



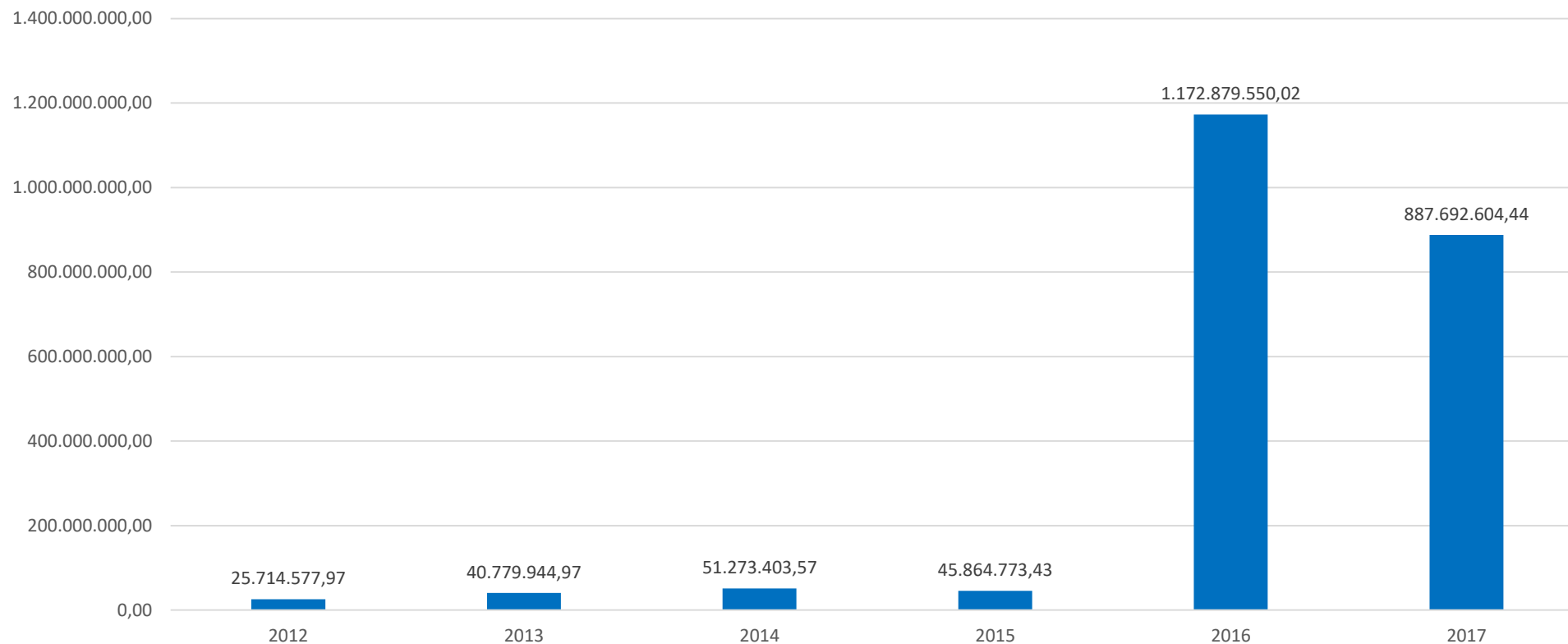
- ❖ Custo anual estimado da violência no Brasil: R\$ 372 bi (IPEA, 2016)
  
- ❖ Déficit de vagas da ordem de 250 mil (248.851)
  
- ❖ Criação de vagas no PPA 2012-15 (PNASP – Port DEPEN 522/2011)
  - ❖ Previsto: 42.500 vagas
  - ❖ Executado: nenhuma
  - ❖ Criação de vagas entre 2016 e 2017: 1.490 vagas
  - ❖ TC 020.748/2014-0/ Ac 1672/2017
  
- ❖ Repasses do FUNPEN em 2016/17: R\$ 1,8 bi



# Alguns números

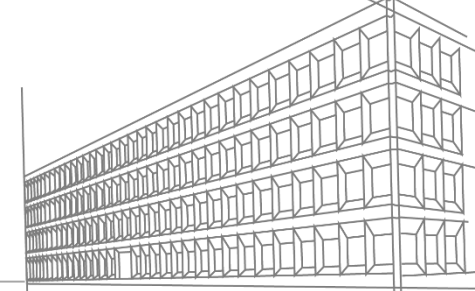


Evolução das despesas liquidadas do Funpen (R\$)



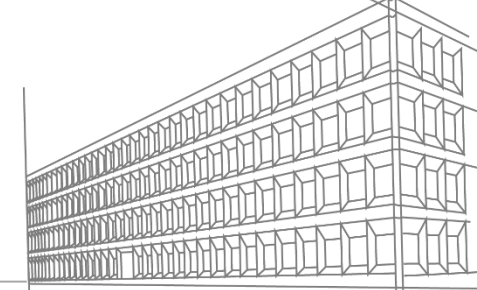
# Antecedentes

---



- ❖ ADPF 347 –DF (dez 2015): a União deve se abster de contingenciar o FUNPEN
- ❖ Janeiro de 2017: rebeliões no AM (56 mortes), RR (31 mortes) e no RN (26 mortes)
- ❖ Comunicado Min Ana Arraes em 25jan2017
- ❖ Recomendações: IRB, ATRICON e CNPGC

# Auditoria Coordenada



- Escopo Nacional: Matéria de competência estadual, fomentada pela União.  
Auditoria coordenada com os TCEs - Liderada pelo TCU



- Planejamento comum – 2 etapas: Instituto Serzedello Corrêa.  
(Participação de 20 Tribunais de Contas Estaduais e 2 Municipais: cerca de 70 auditores)

- 1º etapa: 6/3/2017 a 8/3/2017

- 2º etapa: 1/8/2017 a 4/8/2017

Planejamento Comum da auditoria



Propostas de Encaminhamento comum  
(Encaminhamentos dos TCEs)

Efetividade da auditoria:  
Problema Nacional ->  
Encaminhamentos comuns  
dos TCEs

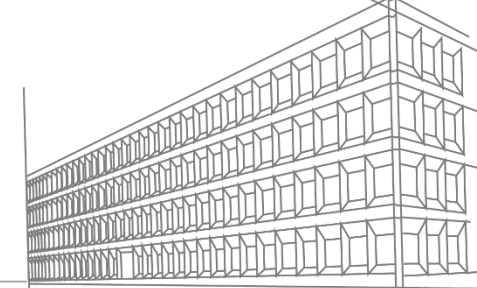
Implantação dos  
sistemas estaduais de  
acompanhamento da  
execução penal

Instituição de  
controles que  
identifiquem presos  
desassistidos

Sistemática estadual  
para apuração do  
custo dos presos



# Auditoria Coordenada

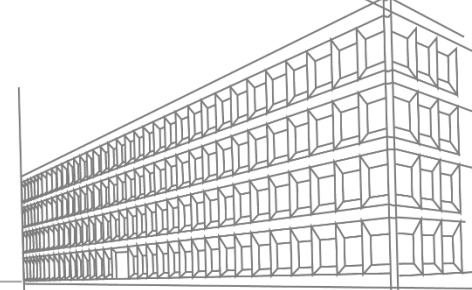


❖ UFs que aderiram: AC, AM, AL, AP, BA, DF, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SE, TO.

❖ TCMs: BA e PA

# Questões de Auditoria

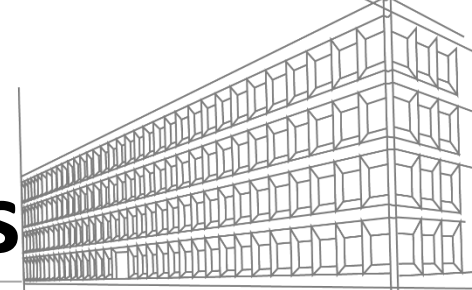
---



- 1. As estratégias adotadas pela União e pelos estados e DF para prevenir ou conter as rebeliões nos estabelecimentos penais são suficientes ou adequadas?**
- 2. O acompanhamento da execução das penas está em conformidade com o previsto na Lei 12.714/2012?**
- 3. A alocação de presos nos estabelecimentos prisionais observa o previsto na Lei de Execução Penal?**
- 4. As Defensorias Públicas prestam serviço integral e gratuito dentro e fora dos estabelecimentos penais em consonância com a Lei de Execução Penal?**
- 5. Em que medida os gestores responsáveis por gerir e implementar políticas públicas voltadas ao sistema prisional conhecem o custo mensal do preso de cada estabelecimento penal de forma a avaliar a gestão do sistema?**



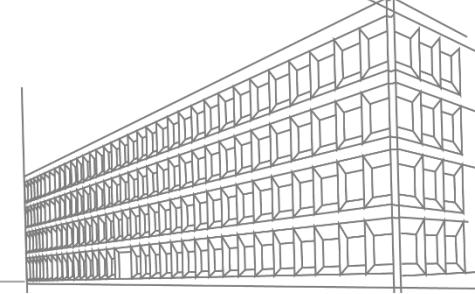
# Achados – Questão 1: Medidas Emergenciais



- ❖ Estados: medidas, em sua maioria, concentradas no Poder Executivo
- ❖ União: destaque para a MPV 755/2017 (Fundo a Fundo - FUNPEN)
- ❖ Custos para geração de vagas oscilam em 70% (de, R\$ 31.944,44, no AP e no MS, a R\$ 111.693,86, no RS).
- ❖ **Titularidade dos recursos transferidos (fundo a fundo): União ou Estados/DF?**

## AC 2.643/2017- Plenário

9.4. dar ciência ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e aos demais interessados que os recursos do Funpen, qualquer que seja a modalidade de transferência (voluntária ou obrigatória), **constituem recursos federais e estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União;**



# Achados – Questão 2: SISDEPEN

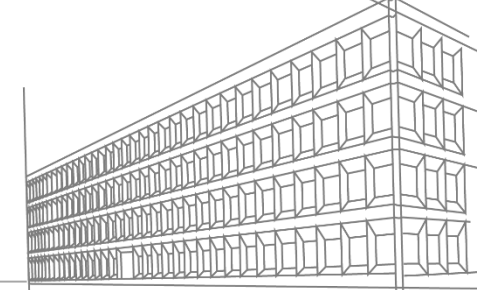
- ❖ Falta de informações confiáveis acerca dos detentos.
- ❖ O modelo do sistema federal desenhado pelo DEPEN não prevê todos os elementos preunciados na Lei 12.714/2012.
- ❖ Falta de integração das bases de dados dos sistemas estaduais.
- ❖ Atrasos e entraves no processo de desenvolvimento do sistema.

## AC 2.643/2017- Plenário

Determinação ao MJSP (MESP)

9.1.3. elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme modelo presente no Anexo I-C do documento Padrões de Monitoramento do Tribunal de Contas da União, **plano de ação** com as ações a serem implementadas, etapas, responsáveis, atividades, data de início e fim e produtos necessários à completa implantação do Sisdepen, incluindo, em especial, providências **para viabilizar a interoperabilidade das bases de dados e informações dos sistemas informatizados instituídos pelos estados e pelo Distrito Federal (art. 5º, caput, da Lei 12.714/2012);**

# Achados – Questão 2: SISDEPEN



## Proposta de encaminhamento comum dos tribunais de contas dos estados e DF:

- ❖ Instituir Comitê com representantes da SSP, SEAP, TJ, MPE e DPE para viabilizar a implementação e interoperabilidade desses sistemas e fornecer plano de ação (com responsáveis, ações e prazo) para a implementação desses sistemas.

### **AC 2.643/2017- TCU/Plenário**

9.3.2. [MJSP, por meio do DEPEN] avalie a possibilidade de participação do Departamento Penitenciário Nacional nos comitês dos estados e do Distrito Federal eventualmente instituídos com o propósito de viabilizar a interoperabilidade de sistemas;

# Achados – Questão 3: Alocação de presos em desacordo com a LEP



- ❖ fragilidade e inconsistências no cadastramento de presos a cargo da administração penitenciária dos estados (**até 2017, TO e RO possuíam controles em Excel!!**).
- ❖ Boas práticas em MG
- ❖ Fiscalização exercida pelo Ministério Público sobre a regularidade formal das guias de recolhimento e internamento: 2 em 18 MPEs (11,1%) fiscalizam as Guias de Recolhimento.

# Achados – Questão 3: Alocação de presos em desacordo com a LEP

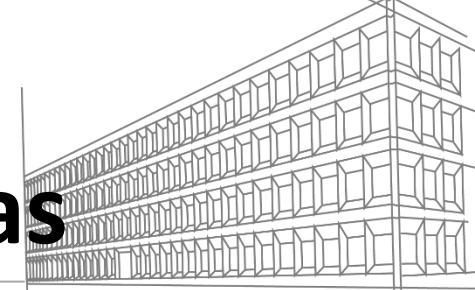


## AC 2.643/2017- TCU/Plenário

9.6. dar ciência ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária sobre os indícios de deficiência na fiscalização da regularidade formal das guias de recolhimento e internamento instituídas pela Resolução CNJ 113/2010, e sobre a ausência de instituição e de operação da Comissão Técnica de Classificação (art. 6º da Lei 7.210/1984), para que adote as medidas que julgar pertinentes;

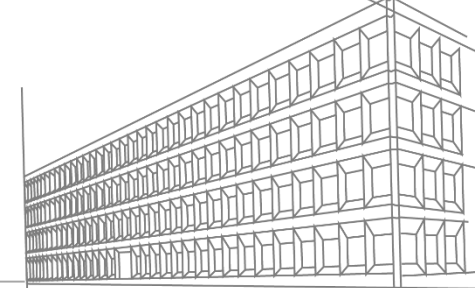
# Achados – Questão 4: Defensorias Públicas

---



- ❖ As Defensorias Públicas não possuem informação de qualidade no que se refere à quantificação do público-alvo a ser atendido no âmbito da Lei de Execução Penal e ao detalhamento dos processos autuados por ramo.
- ❖ há indicativos de Defensorias Públicas que não dispõem de quantidade suficiente de profissionais atuando na execução penal.

# Achados – Questão 4: Defensorias Públicas

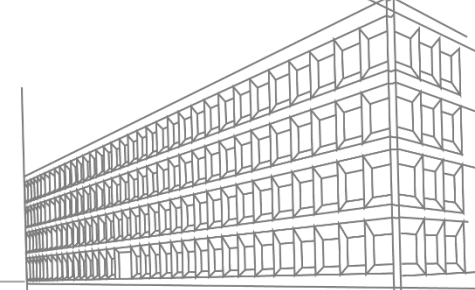


Defensores/500 presos





# Achados – Questão 5: Custos



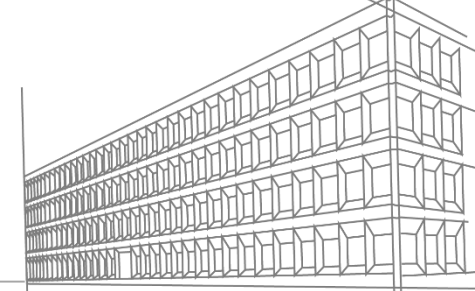
- ❖ Os gestores desconhecem o custo mensal do preso por estabelecimento penal.
- ❖ Nenhuma unidade federativa encaminhou a planilha de custo mensal do preso ao DEPEN nos últimos três anos.

## AC 2.643/2017- TCU/Plenário

9.1.1. institua controle periódico da remessa, por parte dos estados e do Distrito Federal, de planilhas que contenham dados referentes ao custo mensal do preso por estabelecimento prisional, nos termos do art. 6º da Resolução CNPCP 6/2012, e elabore tabela específica dessas despesas, oferecendo-as por meio eletrônico às secretarias de estado de administração penitenciária ou órgãos equivalentes, na forma do art. 7º da referida Resolução;

# Achados – Questão 5: Custos

---

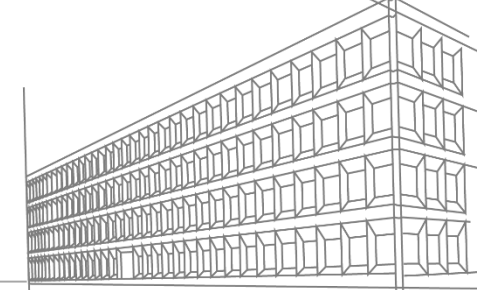


## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO COMUM DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS:

- 1- institua sistemática para apuração do custo mensal dos presos de forma detalhada, por unidade prisional, por modelo de gestão e por regime, segregando as despesas correntes das despesas de capital, e adotando no mínimo o detalhamento contido na Resolução 6/2012-CNPCP, com as alterações posteriores.
- 2- proceda o envio mensal ao DEPEN de planilha

# TRANSFORMAÇÃO [EM CURSO]

---



## **1. I Seminário de Interoperabilidade e Integração de Sistemas de Informações Penitenciárias (em 26/01/2018)**

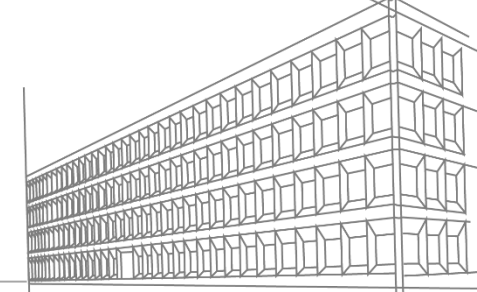
<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/uniao/sistema-penitenciario-em-debate-1.htm>

## **2. Melhoria dos controles do repasse fundo a fundo:**

Portaria DEPEN 1221, de 21 de dezembro de 2017.

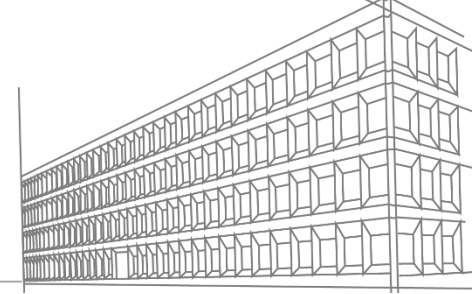
## **3. Parceria com CNMP para FOC do Sistema Prisional**

# TRANSFORMAÇÃO [EM CURSO]



## I Seminário de Interoperabilidade e Integração de Sistemas de Informações Penitenciárias





---

# OBRIGADO!

SecexDefesa

[secexdefesa@tcu.gov.br](mailto:secexdefesa@tcu.gov.br)

Tel.: (61) 3316 7680

